

IGREJA
DE SÃO
CRISTÓVÃO
DE NOGUEIRA
CINFÃES

IGREJA
DE SÃO
CRISTÓVÃO
DE NOGUEIRA
CINFÃES



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

A terra de São Salvador, referida desde o ano de 1070 (Herculano, 1960), corresponde na atualidade, *grosso modo*, às freguesias de Cinfães e São Cristóvão de Nogueira. Em 1258 ainda aparece a designação de “Sancti Salvatoris de Nogueyra” a par com “Sancti Christofori de Nogueyra” (Herculano, 1936). Certamente, a terra teria o seu castelo em São Paio, local de alongada permanência humana, como atestam os vestígios arqueológicos ali recolhidos e cujo arco cronológico baliza entre a Idade do Ferro e a Idade Média¹. Este seria, com certeza, o “oppidi” de que era senhor Nuno Sanches de Barbosa (dos “de Ribadouro”), em 1180 (Pinho e Lima, 2000). Os seus domínios estendiam-se entre os rios Douro (a norte), o Bestança (a este), a ribeira de Piães (a oeste) e os cumes de Montemuro (a sul).



Vista aérea. No canto inferior direito, a Igreja de São Cristóvão de Nogueira.

A fragmentação de São Salvador em dois julgados, o de Cinfães e o de Nogueira, deverá ter ocorrido entre finais do século XII e a segunda metade do século XIII, motivada, certamente, por herdamentos e cisões familiares na linhagem dos “de Ribadouro”, senhores desta, bem como das terras vizinhas de Ferreiros e Tendais². A memória da união de ambas as paróquias numa só terra ainda persiste no século XVIII, como veremos, com intrincadas delimitações entre termos paroquiais e municipais. Porém, a origem de cada uma das igrejas é muito anterior, porquanto em 1076 já se referem os seus patronos, “sancto Pelagio” e “sancto johane de

¹ São vários os relatos de achados arqueológicos que, avulsos, têm surgido na área do arqueossítio. Desde o século XIX existem testemunhos escritos e orais sobre a importância histórica deste espaço que interessou a Martins Sarmento e José Leite de Vasconcelos (1903: 66-68).

² As terras de Cinfães (São Salvador), Tendais e Ferreiros haviam sido doadas pelo conde D. Henrique a Egas Gosendes, avô paterno de Egas Moniz, dito o Aio. Segundo A. de Almeida Fernandes (1946: 30-35), aquele morreu por volta de 1130, e pouco tempo depois o seu neto, Mem Moniz, juntamente com a mulher, Cristina das Astúrias, aparecem a aforar vilas rurais na região de Tendais e Ferreiros. A partilha dos bens e direitos nas terras da região pelos “de Ribadouro” ocorre, portanto, ao longo da segunda metade do século XII.

cinphanes”, esta designada, no mesmo ano, mas noutro documento, de “basilice” (Herculano, 1860). O Salvador, cujo título alinha com o clima religioso e bélico dos anos da Reconquista, poderia ter sido substituído pelo moçarábico Pelágio (conhecido em Lorvão e Guimarães, em meados do século X) na primitiva ermida, junto ao castelo, e ambos relegados na nova Igreja, em Nogueira, pela devoção, mais tardia, a São Cristóvão. É provável que a lenda que ainda hoje subsiste localmente e que atribuiu a extraordinária mudança da primitiva Igreja de São Cristóvão, “numa noite” por “mouros hercúleos”, oculte a alteração do primitivo eixo espiritual da paróquia, quando já não era necessário recorrer à espada justiceira do Salvador, nem à vida exemplar do jovem cristão Pelágio, martirizado em Córdova pelos muçulmanos, entretanto substituído pela proteção apotropaica do bom gigante Cristóvão.

Porém, embora admitamos a existência de igrejas próprias ou particulares (basílicas) no século XI, a sua constituição como igrejas titulares sujeitas a uma diocese cujos limites estão ainda em definição (note-se os períodos de subordinação ao território conimbricense ainda no século XII), será um processo lento que culminará e coincidirá com a definição das fronteiras municipais. Só então a igreja se tornará, ao mesmo tempo, epicentro religioso e social, fundado num conjunto de indivíduos cujas relações e laços de proximidade se desenvolvem num território devidamente amoldado.

34



Fachada ocidental.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

É, pois, neste sentido que devemos entender os poucos vestígios românicos que logramos identificar na fábrica da atual Igreja de São Cristóvão de Nogueira, assim como a sua estrutura nitidamente gótica, facilmente explicada pela cronologia tardia de formação e consolidação desta paróquia com igreja própria, entre finais do século XII e meados do século seguinte, sem que tal invalide a existência de um templo anterior, mais recuado e com funções distintas do templo comunitário.

É precisamente na nave, no alçado norte, que encontramos os vestígios mais antigos, mais especificamente junto da torre, a meia altura. Trata-se do vestígio ou do reaproveitamento de um friso, composto por um total de seis silhares, onde persiste o tema das chamadas palmetas bracarenses e que tanta divulgação teve no românico do Entre-Douro-e-Minho. Percorrendo longas distâncias e indo mesmo além das “fronteiras” do foco bracarense, este motivo, presente nos vestígios românicos da catedral de Braga, resulta da simplificação da palmeta de tipo clássico, resumindo-se apenas ao seu contorno externo.



Fachada norte. Nave. Friso e intervenções posteriores.

A sé de Braga desempenhou desde a sua fundação, no século XI, um papel primordial no românico do Entre-Douro-e-Minho, enquanto “centro” de irradiação³. De facto, embora não represente uma criação arquitetónica de um nível excepcional, a catedral bracarense assumiu um predomínio capital sobre esta província, sua “periferia”, não só porque foi um dos primeiros edifícios erguidos nesta região segundo “o novo estilo”, e que veio a ser denominado, séculos mais tarde, de românico, como também o desempenho da função de primaz e de capital reli-

³ Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 41-52).

giosa, no período inicial da monarquia portuguesa, a colocou num outro patamar face ao grande número de mosteiros e de igrejas regionais, sob as quais irradiou a sua influência. Recorde-se aqui que os vários dialetos que a arquitetura da época românica assumiu no território que veio a ser Portugal não são estanques em si próprios, havendo antes uma profusa e produtiva inter-relação entre eles, resultando na troca de influências e, ainda, na circulação de artistas.

Em São Cristóvão, a presença deste motivo, que tanta voga conheceu entre nós, não só atesta, em termos geográficos, o alcance da influência do românico disseminado a partir da sé de Braga, como também se assume, ao nível cronológico, como um testemunho de precocidade. Além disso, atente-se à diferença existente entre o grão e a coloração do granito que dá forma a este friso e o restante, utilizado na maior parte do edifício.

Duas hipóteses podem ser aqui propostas, tendo em conta a cronologia mais recente apresentada pela restante fábrica da nave e que analisaremos já de seguida. O que nos parece mais provável é que este friso resulte de um reaproveitamento de um edifício preexistente que poderá ter existido neste próprio local ou, então, poderemos estar diante do reaproveitamento de elementos escultóricos de uma primitiva igreja consagrada ao Salvador, mas que foi mudada de local, dando assim expressão factual à narrativa que atrás mencionámos.

É também neste contexto de reaproveitamento de materiais que devemos entender os vários silhares da terminação da cornija da nave, do mesmo lado da Igreja, e que ostentam um motivo relevado em ziguezague. O aproveitamento de materiais é muito comum ao longo de toda a história da arte. Embora muitas vezes se procure justificar a reutilização de silhares com base num pretensso prestígio associado ao valor de antiguidade, o que é mais provável é que este aspeto decorra mais depressa de uma necessidade pragmática. Aproveitar o que já está feito (e bem feito) é bem mais simples do que fazer de novo. E nem sempre a escolha do local para a edificação advém de elaboradas noções sobre a dicotomia sagrado/profano, antes do aproveitamento de afloramentos sobre os quais se possa levantar, com segurança, a nova estrutura.

36



Fachadas oriental e norte.



Fachada sul.

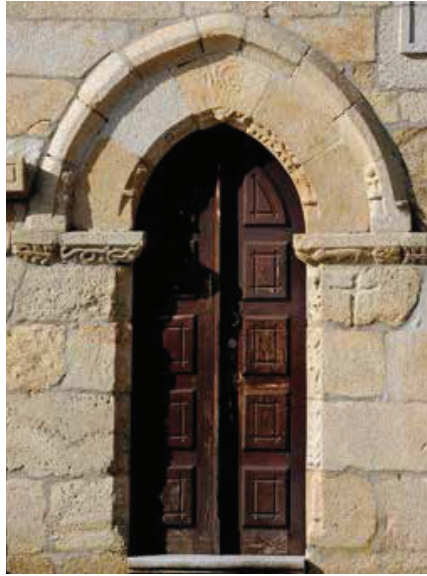
No alçado sul da nave é, também, por demais evidente a irregularidade do aparelho, quer ao nível da dimensão e alinhamento dos silhares, quer no que toca à variação de grãos que nos permitem identificar diferentes tipos de granito. Assim sendo, cremos que esta zona do alçado sul, pelo menos até ao ponto onde surge um arco ligeiramente saliente (e que no interior corresponde a uma das capelas embutidas no muro da nave), apresenta uma cronologia mais recuada. Como veremos mais adiante, a capela-mor desta Igreja foi reconstruída (também ela reaproveitando certamente silhares da primitiva cabeceira românica) entre 1779 e 1794, durante o reitorado de José da Cunha Gouveia, conforme notícia da visitação de 13 de maio de 1784⁴. Tal facto é bem comprovado através de um olhar atento a ambos os alçados laterais onde uma cicatriz se mostra por demais evidente. Perante a falta de fontes documentais, só com o recurso da arqueologia da arquitetura é que poderíamos dar informações mais precisas sobre a evolução construtiva desta Igreja de São Cristóvão de Nogueira.

Quando se fala em analisar um edifício com metodologia arqueológica, mas também de qualquer outro monumento histórico, parece que se pensa inevitavelmente numa escavação arqueológica (Nuño González, 2005: 95). Uma escavação pode servir para estudar um edifício desaparecido total ou parcialmente, averiguar a informação sobre as fundações ou as etapas ocultas no subsolo ou mesmo a envolvimento imediata (anexos, cemitérios, áreas de trabalho durante a construção ou reformas), mas o método arqueológico pode ser usado para estudar um edifício conservado sem que uma escavação seja necessariamente realizada. O património arquitetónico é passível de ser abordado através do recurso à metodologia arqueológica com base

⁴ ADL – Visitações, São Cristóvão de Nogueira, fl. 31.



Fachada ocidental. Portal.



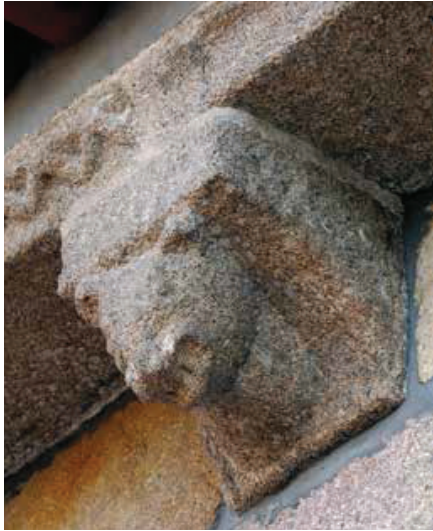
Fachada sul. Nave. Portal.

no método científico da análise estratigráfica. Assim, os paramentos dos edifícios têm vindo a ser lidos, nalguns casos, aos mais diversos níveis, cruzando informações provenientes das fontes documentais com aquelas que os silhares, na sua forma e na sua inter-relação, nos proporcionam. Como resultado deste trabalho interdisciplinar tem-se conseguido mapear as várias fases construtivas de um dado paramento arquitetónico, através de uma observação bastante atenta.

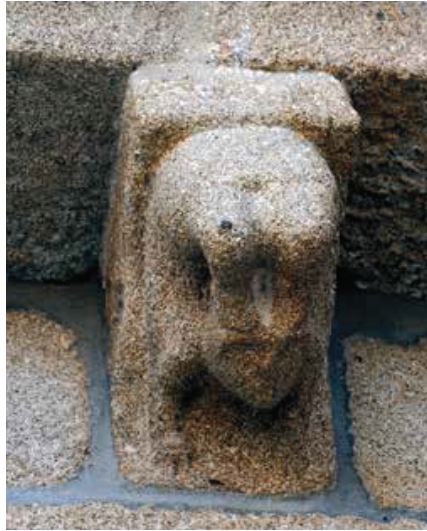
A fábrica da nave de São Cristóvão de Nogueira é, naturalmente, de origem medieval, mas, tendo em conta os seus elementos ornamentais, mais do que românica, ela enquadra-se naquilo a que se tem vindo a chamar de “românico de resistência” ou, até, de “gótico rural”. Tal como nas geograficamente próximas Igrejas de Santa Maria de Barrô (Resende) ou de São João Baptista de Gatão (Amarante), estamos diante de um exemplar onde as persistências de sabor românico se conjugam com os anúncios do gótico. A par da longa cronologia associada ao românico português, que justifica plenamente o recurso a uma análise diacrónica do mesmo, temos de ter sempre em conta a difícil penetração que o gótico de sabor transpirenaico conheceu entre nós, particularmente nas regiões nortenhas e beirãs.

Assim sendo, os dois portais desta Igreja são um bom testemunho do alcance que este tipo de arquitetura alcançou entre nós e, muito particularmente, nesta região. Sem tímpano, o portal principal ostenta três arquivoltas em arco quebrado e diretamente assentes sobre os pés-direitos do muro. Embora as pérolas, ou meias esferas relevadas, que ornem as arquivoltas, e os encordoados que dão corpo às impostas nos remetam para uma persistência românica, já as arestas chanfradas dos pés-direitos escalonados nos falam de um outro tempo artístico. Atente-se, no entanto, à originalidade dos motivos esculpidos no arranque das aduelas, um pouco apagados, mas mais nítidos no portal sul. Duas mãos cerradas, colocadas sobre ambas as impostas





Fachada sul. Nave. Cachorro.



Fachada sul. Nave. Cachorro.

seguram uma chave (?). Também nos pés-direitos, definidos por uma aresta chanfrada, foram relevados curiosos motivos decorativos, entre os quais destacamos um lagarto, do lado direito do observador. De resto, quer ao nível das restantes aduelas da arquivolta, como nas impostas e nos pés-direitos, imperam os motivos vegetalistas e fitomórficos entrelaçados relevados. Composto por uma só arquivolta dominada pelo arco envolvente, na aduela do fecho vemos uma inscrição, bastante apagada mas que pode traduzir-se em IHS (*Iesus Hominis Salvator*).

A cachorrada da nave é bastante rica ao nível da temática esculpida. Figuras humanas e vários focinhos de animais recordam-nos que, particularmente durante a época românica, os modilhões foram assumidos como um elemento fulcral da composição arquitetónica. Encontrando a sua origem nos travejamentos que deviam sair fora dos muros para levar o remate do telhado um pouco para longe, a fim de desviar as águas da parede, estes elementos começam a receber na parte frontal, no Norte de Espanha, e a partir dos finais do século XI, figuras esculpidas que se adaptam ao seu quadro. De um modo geral, os cachorros historiados mais antigos apresentam-nos figuras inteiras, ocasionalmente abraçadas (num esquema semelhante a um cachorro de Santa Maria de Meinedo, em Lousada), ao passo que no românico tardio, além de serem menos frequentes, mostram bustos ou cabeças (Almeida, 2001: 162). Com tendência para alargar e reduzir a sua altura, foi no Alto Minho que estes cachorros conheceram, entre nós, maior variedade de motivos, sendo que no século XIII chegavam a mostrar simplesmente uma cara (Almeida, 1978: 105-106). A forma como foram concebidos os cachorros de Nogueira é mais um testemunho evidente da cronologia tardia com que este edifício tem de ser entendido.

É também neste contexto de uma cronologia tardia que poderemos abordar o tímpano remanescente de São João de Cinfães, cujo desenho confirma a introdução de modelos românicos tardios na região. Embora seja difícil perceber a sua cronologia por se encontrar destacado, o tímpano de Cinfães é dominado por um arco polilobado, de que podemos encontrar um paralelismo, embora ao nível das aduelas, no portal sul de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim).





O motivo central do tímpano é claramente românico, composto por uma cruz pátea, que por ter o pé inferior a direito mais parece uma cruz processional. Esta cruz é enquadrada por motivos vegetalistas. Embora este tímpano se encontre atualmente apeado num canteiro lateral da igreja barroca de Cinfães, constitui um testemunho do período românico do mesmo período ou ligeiramente posterior à cisão da terra de São Salvador e da criação das paróquias de São Cristóvão e de São João Baptista.

No interior da Igreja, no lado da Epístola, à entrada, o arcossólio onde, ao invés de um sarcófago, encontramos uma pia de água benta, isenta, em granito, que surge como o único elemento identificativo de uma origem medieval nesta Igreja de São Cristóvão de Nogueira.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Durante a Época Moderna, ou seja, entre os séculos XVI e XVIII, a maior parte das igrejas românicas portuguesas sofreu profundas transformações, tornando algumas irreconhecíveis na sua traça original ou predominante. Essas transformações podiam ser de ordem estrutural (demolição de alguma das suas componentes e reconstrução segundo nova linguagem) ou de ordem decorativa (revestimento do interior da igreja com estuque ou azulejos, acrescento de todo um conjunto de móveis litúrgicos, que vão do púlpito ao altar, passando pelos retábulos e pelo enriquecimento da imaginária).

O Concílio Ecuménico⁵ de Trento (1545-1563), realizado durante os papados de Paulo III (1534-1549), Júlio III (1549-1555) e Pio IV (1559-1565), tentou encontrar respostas às questões candentes colocadas pelo confronto dos ministérios temporal e espiritual da Igreja de Roma, no século XVI, procurando uma renovação interna como resposta às correntes protestantes que por então se afirmavam no Ocidente Europeu. Tem-se considerado este Concílio o acontecimento de maior projeção histórica do século XVI. Foram, então, impostas medidas de adequação do espaço litúrgico aos novos preceitos afirmados na última sessão tridentina (XXV), realizada em 1563. Estas medidas abrangem várias modalidades, que

43



Nave e capela-mor. Altares.

⁵ "O concílio ecuménico foi, desde o século IV, uma prática introduzida na Igreja, onde uma assembleia de bispos e outras dignidades se debruçavam sobre questões emergentes que afetavam, na sua globalidade, a comunidade cristã" (Barbosa, 2000: 405).

passam pela ornamentação/enriquecimento do espaço sacro recorrendo a matérias supostamente não nobres: a cerâmica e a madeira. No imediato pós-Trento surgiu todo um conjunto de tratados que concorrem para o protagonismo da arte como veículo pedagógico e persuasivo da igreja contrarreformista (Rocha, 2008: 55). Assim, como na maior parte das vezes não havia disponibilidade financeira para erguer um novo edifício segundo os pressupostos de São Carlos Borromeu – *Instructiones fabricae et suppellectilis ecclesisticae* –, optou-se antes por atualizar a decoração do espaço sacro dentro das mais modernas linguagens e técnicas artísticas. Tal facto acontecia sempre que uma entidade religiosa possuía maior desafogo financeiro, investindo assim na renovação e atualização do seu equipamento litúrgico.

É, pois, neste ambiente que devemos entender a informação contida na visitação de 13 de maio de 1784 a São Cristóvão de Nogueira onde se refere que: “a cappela mór desta Igreja se Reedificou de novo as paredes, vidrassas, forro, telhado, e Retabulo dourado, e pintado o forro da mesma Capella mor tudo por zelo do Reverendo Reitor atual, e à sua custa, em que gastou a quantia de sete centos, e quarenta mil reis, como consta do Rol, que me apresentou, cuja despesa fez em utilidade da Comenda da Ordem de Christo desta freguezia, que por conta dos dízimos da mesma estava obrigada a fazer as ditas obras, e para as quais declarou o mesmo Reverendo Reitor que só tinha recebido do ultimo Comendador o Excelentissimo Conde das Galveyas Setenta, e dois mil reis”⁶.

44

Como já referimos mais acima, é bem visível a cicatriz que atesta esta transformação em São Cristóvão de Nogueira. Além disso, tendo em conta o vestígio do arco de volta perfeita que se vê, no exterior, na parede fundeira, somos ainda da opinião de que se terá aproveitado uma boa parte dos silhares da primitiva cabeceira, a medieval. No entanto, os cachorros da cabeceira são coevos desta intervenção, conforme atesta a sua forma mais retangular e o facto de se apresentarem lisos ou, simplesmente, com caneluras incisas.

Esta obra foi realizada para dar resposta às exigências tridentinas, pelo que poderá datar da mesma altura a abertura dos amplos janelões da nave, rematados por tímpanos curvilíneos, assim como a janela de verga reta que encima o portal principal. Também os pináculos que coroam os ângulos superiores da Igreja devem ser coevos desta intervenção de modernização da fábrica românica de São Cristóvão de Nogueira. Já no que toca à torre, cremos que esta foi seguramente edificada se não nesta ocasião, pelo menos no século seguinte.

A par destas transformações arquitetónicas, foi a Igreja de São Cristóvão de Nogueira dotada então de todo um imponente conjunto de talha dourada, do qual começamos por destacar o retábulo-mor de estilo rococó, decerto edificado no período posterior a 1778.

Anteriores, porém, são os dois retábulos colaterais da nave, de estilo barroco nacional, titulados, em 1758, o da parte direita (da Epístola) à Virgem do Rosário e às devoções secundárias de São Francisco e São Sebastião (hoje no retábulo maior) e o da parte esquerda (do Evangelho) ao patrono da Igreja, São Cristóvão com o Menino Jesus aos ombros, acompanhado da imagem de São José.

O citado reitor aponta ainda um altar lateral do lado da Epístola, no corpo da Igreja, dedicado a Cristo crucificado. O altar persiste, embora deslocado para a parede oposta e profun-



Nave. Parede norte. Retábulo.



Nave. Parede sul. Retábulo.



Nave. Parede sul. Retábulo.

damente modificado pelas recentes intervenções de inábil repintura. O crucifixo foi também substituído pela escultura da Virgem das Graças ladeada pelas graciosas imagens barrocas de São José e São Francisco, movidas dos seus locais originais. Devia estar sediada neste altar a Irmandade de São Francisco, que o reitor José da Cunha diz ser de “terceiros de S. Francisco” sujeitos ao reverendo Padre Comissário do centro franciscano daquela cidade (Gouveia, 1758). Esta referência vem confirmar o espírito de missão que os franciscanos lamecenses levavam a cabo na região, dando expressão a certos cultos e invocações, como a do Senhor Crucificado, que a ordem estimulava pela natural associação ao seu patriarca, São Francisco de Assis, imitador de Cristo⁷.

45

Em frente, outro altar rococó alberga uma Virgem do Carmo acompanhada pelas imagens do Menino Jesus e da Virgem do Rosário de Fátima. Na mesma parede, junto ao coro, em data que desconhecemos, mas que poderá ter sido ainda durante o século XIX, foi construído um novo retábulo para albergar a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, hoje ladeado pelas imagens dos beatos Jacinta e Francisco Marto. Como podemos ver, foram de monta as alterações efetuadas ao longo do corpo da Igreja, que alinham com a campanha de obras documentada na segunda metade do século XVIII. E ainda que a devoção ao Cristo crucificado e ao Calvário, que o reitor Gouveia refere existir sobre o arco cruzeiro em 1758, tenha sido arredada do conjunto de património integrado da Igreja, o interesse dos fiéis pela temática da Paixão não ficou esquecida.

O altar primeiramente ocupado pela Virgem do Rosário foi substituído, provavelmente ainda durante o século XVIII, pela Virgem das Dores, imagem de roca, cujo realismo alinha com o ambiente piedoso e cenográfico que acalentou a devoção à Paixão de Cristo. Por baixo da imagem de vestir da Virgem chorosa, um Cristo jacente compõe o programa compassivo, tudo emoldurado pela ornamentação em talha que reveste o arco cruzeiro na face voltada à nave: três anjos transportam a escada, o cálice e o lenço, objetos utilizados durante o martírio no

⁷ A outra irmandade era a do Senhor dos Passos ou das Almas, cujos mordomos contrataram, a 26 de maio de 1800, com o carpinteiro Manuel de Sousa Mesquita, do lugar da Igreja, a conclusão da obra de carpintaria da casa nova do Senhor (ADV – Notariais, Livro 185/2, fls. 82-83).

Gólgota. A coroar este conjunto está a corte celestial de santos e santas que figura nas abóbodas da capela-mor e da nave.

Começando na capela maior, responsabilidade do padroeiro da Igreja, o programa iconográfico é algo complexo, intercalando devoções populares como Santa Bárbara, Santa Luzia e São Brás, com santos bispos e doutores da Igreja, virgens mártires e Santa Clara, padroeira do movimento monástico franciscano feminino. Junto ao remate do retábulo maior, São José e São Joaquim, pai e avô de Cristo, ladeiam a efigie real, recordando a quem pertencia o padroado. Ao centro de toda a composição exhibe-se o patrono Cristóvão na sua representação mais conhecida, a de bom gigante. É provável que tal tessitura pictórica pretendesse uma mensagem, expressa na organização das invocações. Nesse sentido, não podemos descurar a presença do poder episcopal entre taumaturgos (alguns deles bispos, como Nicolau de Bari ou Brás de Sebaste).

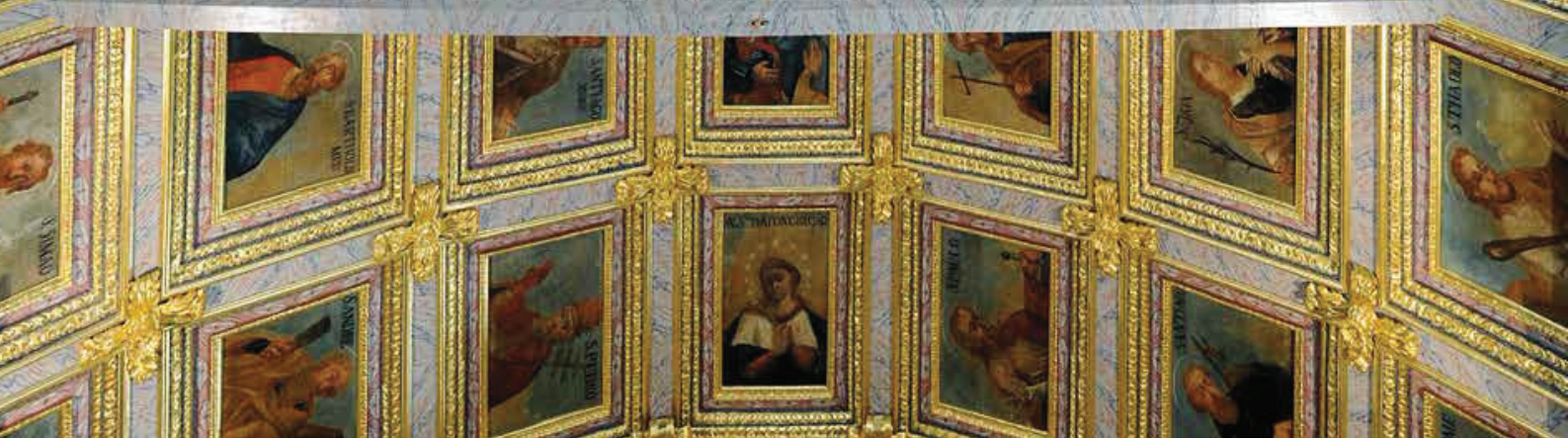
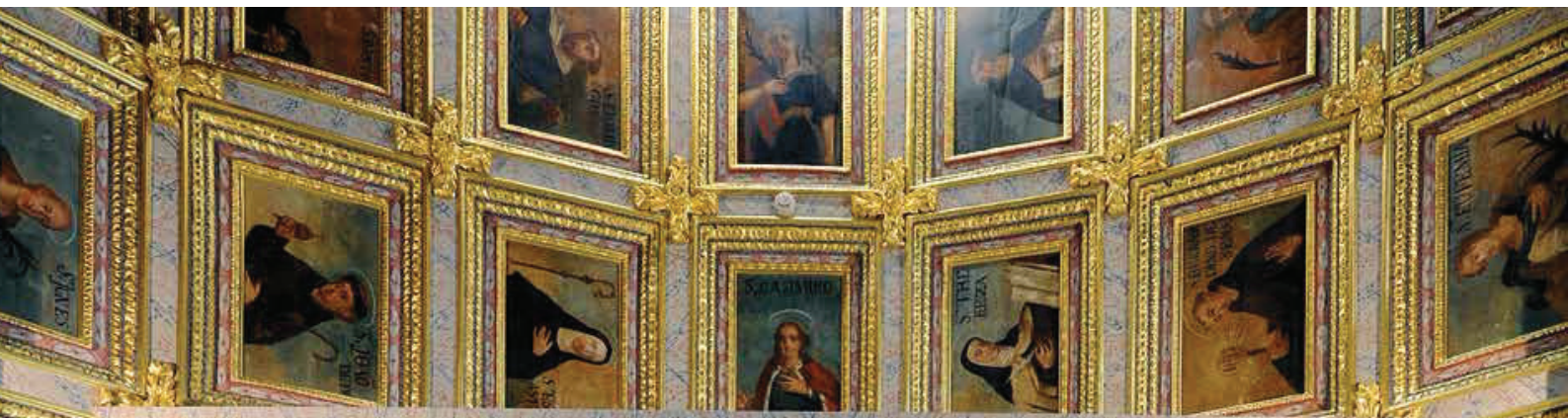
No corpo da Igreja, o autor ou autores do trabalho de artesoado e pintura criaram um autêntico santoral, dividido em 56 painéis, dispostos em fiadas de 7 por 8. São em maior número os santos e santas da contrarreforma, sinal muito claro de uma catequização pela imagem e da introdução de novas devoções e novos modelos hagiográficos na religiosidade local. Assim, e fazendo uma leitura do arco cruzeiro para o coro alto, embora este teto pareça prosseguir com a árvore genealógica e espiritual de Cristo, cuja raiz assenta na capela maior (indicando, na fiada central, a Virgem da Conceição e Santa Ana), a maior percentagem da área pictórica vai para uma pléiade de santos queridos da Igreja reformada em Trento e de certas ordens religiosas com presença na região: Santa Rosa de Lima, São Diogo de Alcalá, São Bernardino de Siena, Santa Teresa de Ávila, São Vicente Ferrer, São João de Deus, São Norberto, São Bruno, São Bento e São Bernardo. Estão igualmente presentes as representações de santos bispos, como São Paulino de Nola ou Santo Honório de Cantuária. Entre todos, as habituais referências aos apóstolos, a mártires e a intercessores bem conhecidos do devocionário popular, como São Roque, Santa Eufémia, Santa Apolónia, São Miguel e Santo António – ambos a ocupar lugares de destaque (renque central) da composição pictórica.

Embora desconheçamos a motivação e os fatores que contribuíram para a escolha de tais devoções, não podemos ignorar as vontades do artífice ou artífices, do encomendador e dos fregueses a quem cabia suportar a fábrica do corpo da Igreja. É, pois, natural que todos se sujeitassem às invocações tradicionais e mais recorrentes, à hierarquia imposta pelas escrituras, a que juntavam as invocações contrarreformistas e outras ligadas a ordens religiosas com interesses materiais e espirituais nesta região. Como deixa entrever a memória paroquial de 1758 do reitor de São Cristóvão, a que já aludimos, a interferência franciscana tinha um peso considerável na sua Igreja. Aos franciscanos, à sua prédica e evangelização através da missão e do patrocínio destas Irmandades de Terceiros podemos imputar responsabilidade na modelação do espaço religioso do corpo da Igreja de São Cristóvão. Outras devoções patentes no teto de caixotão, como São Bernardo e São Bento, decerto também não passariam indiferentes aos fiéis de Nogueira, dada a presença temporal de mosteiros beneditinos e cistercienses no termo paroquial e municipal⁸.

A remodelação levada a cabo na segunda metade do século XVIII que alterou profundamente o espaço gótico – de que resultou uma hibridez estilística e um rico conjunto de diversidade

8 Sobre a distribuição de devoções e da propriedade monástica nesta região ver Resende (2011).





artística e estética –, esconde motivações e um conjunto de problemáticas que extravasam questões meramente artísticas ou arquitetónicas. O reitor José da Cunha Gouveia, mentor da campanha de obras, alerta sobre as deficiências do sistema comendatário. Efetivamente, quer São Cristóvão de Nogueira, quer a vizinha freguesia de Cinfães constituíram-se em comendas da ordem de Cristo, com rendimentos apetecíveis, entregues a indivíduos da alta nobreza.

Logo na introdução e como resposta à segunda questão do inquérito pombalino o reitor assinala: “esta Igreja dita de S. Christovão de Nogueira hé apresentada por Sua Magestade que Deos goarde, e hé Senhor do Rendimentos della que São foros dizimos, e permissas o Illustrissimo Excelentissimo Senhor Conde das Galvéas”. E mais à frente acrescenta, referindo-se ao estado do retábulo maior: “o qual altar, ou Capella Mor, hé obrigado mandar fazer o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde das Galveas Como Senhor de todos os Rendimentos desta freguezia; tem havido no dito Senhor tão grave descuido na Reedificação della que existe em miseravel estado, ao mesmo tempo que devendo Ser este altar o mais decente, para nelle Ser Louvado, e engrandecido Ó Nosso Omnipotente Deos hé ó mais indecente, e imperfeyto que existe Nesta Igreja Com Sentimento penna e magoa dos Moradores desta dita freguesia” (Gouveia, 1758). Este tipo de queixas é frequente, quer a nível de igrejas paroquiais, quer de templos monásticas, entregues a abades comendatários, religiosos ou leigos, que usufruíam dos rendimentos auferidos sem contribuir para a fábrica das capelas-maiores dos seus padroados. Existem casos contrários, como o de Veade (Celorico de Basto), onde os comendadores de Malta quiseram deixar a marca do seu prestígio e poder, mas os exemplos que conhecemos apontam para uma relaxação na gestão do património a cargo de leigos distantes ou mesmo instituições (veja-se o caso próximo de Escamarão (Cinfães)).

49

Cansado de protelar a resolução de um problema que lhe era apresentado ciclicamente pelos visitantes diocesanos – o do mau estado do património integrado da sua Igreja –, o reitor Gouveia patrocinou uma campanha de obras de que deixou registo laudatório sobre o coro, à entrada da Igreja. Tal foi possível, não só graças à boa vontade e espírito mecenático do sacerdote, mas também em parte devido ao seu confortável rendimento anual (cerca de 100 mil réis), a que se juntou a contribuição dos fregueses, como referem as inscrições:

AS OBRAS DESTA IGR.A MAN
DOU AS FAZER O R.DO JOZE
DA CUNHA E GOUVEIA REITOR NE
LA E OS MORADORES DESTA FREG.A

DOS RENDIMENTOS DA
MESMA E TAMBEM DOS
SEUS E AS COMPLETOU NO
ANNO DE 1778

À frente dos destinos espirituais de uma paróquia populosa – em 1527 São Cristóvão orçava entre os 54 e os 196 habitantes (Collaço, 1931) e em 1739 pelas 1303 almas (Maria, 1739) –,

um certo brio transparece no discurso do reitor José Cunha e Gouveia, cujos apelidos acusam origem nobre. A sua memória é uma incursão sobre aspetos económicos e sociais de São Cristóvão de Nogueira, desde a profusão de casas e quintas nobres, cujas capelas o reitor não deixa de apresentar uma descrição (ainda que breve) aos homens insignes por virtudes várias, que o discurso barroco enumera não poupando nos encómios.

A ideia de antiguidade e de valor espiritual, necessários à elevação da freguesia entre as demais, está presente, por exemplo, na forma como o pároco salienta o valor terapêutico da imagem de São Cristóvão e a sua intercessão patronal junto dos fregueses: “os moradores desta freguezia o Venerão pello modo pessivel que podem, e não consta que nesta dita freguezia cahisse nunca Rayo, ou Corisco, que fizesse damno a Creatura alguma, e atribuem isto ao favor e patrocínio do mesmo gloriozo Santo” (Gouveia, 1758). Outrossim, a enumeração das irmandades (duas) e confrarias (cinco), entre as quais a da Virgem das Cales, notável santuário medieval nos limites dos termos de Nogueira e Piães, acusam a participação dos fregueses na gestão do património religioso da freguesia. Sobre Cales, certamente uma importante fonte de rendimento paroquial, o reitor narra a miraculosa receção e descobrimento da imagem, tópico comum a tantas aparições marianas que resultaram em santuários semelhantes. Ali acorriam fiéis em busca de alimento espiritual, mas também físico, pedindo à Virgem a repartição do leite com que amamenta o Menino Jesus no seu regaço.

50

Embora se tratasse de um município com um termo pouco extenso (quando comparado, por exemplo, com o vizinho concelho de Sanfins, que abarcava cinco paróquias e dois coutos), distribuído por uma zona de montanha, a sua população distribuía-se, no século XVIII, por 420 fogos, integrando cerca de uma centena deles uma zona de jurisdição partida com a freguesia de Cinfães, resquício da organização medieval quando ambas as paróquias integravam a terra de São Salvador. Deste enclave faziam parte as povoações de Temporão, Portela, Velude, Vila Nova, Aljereu, Louredo do Mato, Ponte, Louredo e Lavadouro, cujos moradores paroquiavam, um ano, em São João Baptista de Cinfães e, no outro, em São Cristóvão de Nogueira.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

No interior da Igreja de São Cristóvão de Nogueira a persistência do granito ao nível dos alçados induz-nos que estamos diante de um edifício de raiz medieval. No entanto, sabemos que, durante a Idade Média, a arquitetura religiosa vestia uma outra roupagem e que, ela própria ocultava o granito que lhe dava corpo. Segundo nos informa a crónica *Historias* (cerca de 1003), de Raoul Glaber, o mundo ter-se-á revestido de um “manto branco” de igrejas em torno do ano mil. Naturalmente que não remonta a essa época o caído que sabemos ter existido nesta Igreja de São Cristóvão de Nogueira (Guimarães, 1954: 92). Mas sabemos que em 1982 ocorreu uma intervenção de remoção dos rebocos (Carvalho, 2006).

Uma inscrição no púlpito elucida-nos sobre a conclusão, em 2005, de certas “obras de restauro” que corresponderão às intervenções ao nível das madeiras (repinte e douramento da talha e trabalho de artesoadado do teto), iluminação, reboco das paredes interiores e preenchimento das juntas com cimento. Nada mais sabemos sobre o que terá ocorrido, em termos de intervenções de conservação nesta Igreja de São Cristóvão de Nogueira durante o século XX. Tratando-se de um imóvel não classificado, as entidades oficiais responsáveis pela conservação do património edificado nacional não chegaram, seguramente, a realizar qualquer intervenção no mesmo. Certamente que foram realizadas, além da documentada em 2005, outras ações no edifício e no seu espólio, no entanto, como estas foram da responsabilidade das entidades locais ou da própria Comissão Fabriqueira, delas não tivemos notícia.

Em 2010, a Igreja de São Cristóvão de Nogueira passou a integrar a Rota do Românico e, neste âmbito, tem sido alvo, desde agosto de 2014, de uma empreitada de conservação, salvaguarda e valorização das suas coberturas e paramentos exteriores, que foi precedida dos devidos levantamentos arquitetónicos e de diagnóstico, aspetos fundamentais para uma melhor compreensão do património edificado. Considera-se que esta primeira intervenção representa o “primeiro passo para a reposição da (...) qualidade e dignidade” deste edifício de origem românica (Costa, 2012: 6). [MLB / NR]

CRONOLOGIA

- 1070: primeira referência conhecida à terra de São Salvador;
- 1258: aparecem simultaneamente as referências a São Salvador de Nogueira e São Cristóvão de Nogueira;
- 1527: no Numeramento aparece o concelho de São Cristóvão de Nogueira com 6 lugares e 134 moradores;
- 1739: na *Descriçam corografica do reyno de Portugal...* a freguesia de São Cristóvão aparece com 420 fogos e 1303 habitantes;
- 1778-1794: período documentado de obras na estrutura e no património integrado;
- 1982: remoção dos rebocos;
- 2005: conclusão de diversas obras de restauro;
- 2010: a Igreja de São Cristóvão de Nogueira passa a integrar a Rota do Românico;
- 2014-2015: conservação geral da Igreja ao nível das coberturas e dos paramentos exteriores.

52

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

_____ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ARQUIVO DIOCESANO DE LAMEGO (ADL) – Visitações, São Cristóvão de Nogueira, fl. 31.

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU (ADV) – Notariais, Livro 185/2, fls. 82-83.

BARBOSA, David Sampaio Dias – Concílios ecuménicos (e Portugal). In AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. A-C.

BOTELHO, Maria Leonor – Igreja de São Pedro de Rates. In PÉREZ GONZÁLEZ, José María – *Arte românica em Portugal*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R e Fundación Ramón Areces, 2010.

CARVALHO, João – *Igreja matriz de São Cristóvão de Nogueira/Igreja de São Cristóvão* PT011813020008 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 30 de setembro de 2012]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do reino: 1527: actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: [edição do autor], 1931.

COSTA, Cristina – *Igreja de São Cristóvão de Nogueira, Viseu, Cinfães, São Cristóvão de Nogueira. Conservação, salvaguarda e valorização de coberturas e paramentos exteriores: 1: memória descritiva e justificativa e elementos para o "relatório prévio para bens culturais imóveis"*. Vila Nova de Gaia: Cristina Costa, 2012. Texto policopiado.

FERNANDES, A. de Almeida – *Dom Egas Moniz de Ribadouro: «o honrado e o bem-aventurado»*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1946.

GOUVEIA, José da Cunha e – [Memória Paroquial de] São Cristóvão de Nogueira [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT Lisboa. PT/TT/MPRQ/25/295.

GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S. – *Cinfães: subsídios para uma monografia do concelho*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1954.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.

_____ – *Portugalliae monumenta historica: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: scriptores*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1860.

MARIA, Vicente – *Descripçam corografica do reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de suas provincias*. Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1739.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Aportación de la história, de la arqueología y de las ciencias auxiliares al conocimiento del estilo románico. In *Iniciación al arte románico*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2005.

PINHO, Luís; LIMA, António Manuel – Antes de Cinfães: da Pré-História à Idade Média. In VENTURA, Jorge – *Monografia de Cinfães*. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães, 2000. Vol. 2.

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Dinâmicas do património artístico na Época Moderna. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

VASCONCELOS, José Leite de – Sam Christovam de Nogueira. *O archeologo portugues*. Vol. 8 (1903) 66-68.